



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ATA DA XXIV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM DIAMANTINA/MG

Data: 27/07/2017

Horário: 10h às 12h.

Local: Gerência Executiva do INSS, localizada à Praça Doutor Prado, nº 171, Centro - Diamantina/MG – 39100-000.

I – PRESENÇAS

CONSELHEIROS:

Representantes do Governo:

Titulares:

- André Luís Mourão Magalhães – Gerente Executivo do INSS em Diamantina/MG e Presidente do Conselho;
- Fernanda Dupim de Aguilar – Seção de Reconhecimento de Direitos – GEXDIA

Suplentes:

Agostinho Leão Neto – Serviço de Benefícios – GEXDIA;
Samuel Luiz de Souza Pereira – Serviço Social/Agência da Previdência Social em Diamantina/MG.
Vinícius Santana Santos – Procuradoria Federal Especializada - GEXDIA

Representantes dos Aposentados e Pensionistas:

Suplentes:

- Alcides Lourenço – Associação dos Aposentados e Pensionistas de Diamantina/MG – Suplente
- Irineu Braz Vieira – Conselho Metropolitano de Diamantina/MG – Sociedade São Vicente de Paula.

Representantes dos Trabalhadores:

Titulares:

Jacinto Roque Santos – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Extração de Madeira e da Lenha de Itamarandiba/MG e Turmalina/MG.

José Antônio de Andrade – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG).

Suplentes:

Edvando José e Silva – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Três Marias/MG e Região.

Representantes dos Empregadores

Titulares:

Maria Etelvina de Andrade Câmara – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais/MG (FIEMG).

Suplentes:

CONVIDADOS

Bruno Medeiros Oliveira – Seção de Orçamento, Finanças e Contabilidade – GEXDIA.

Geraldo Leão – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Gonçalo do Rio Preto/MG.

Juliana Pereira – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Três Marias/MG e Região.

Robert Diego de Jesus – Seção de Manutenção - GEXDIA

Waldomiro Alves - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Três Marias/MG e Região.

II - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Girlaine de Paula Fernandes – Seção Operacional de Gestão de Pessoas – GEXDIA - Titular.

Gilberto Silvestre Lages – Agência da Previdência Social em Curvelo/MG - Suplente.

Maria Madalena Mapa Pinto - Associação dos Aposentados e Pensionistas de Gouveia - Titular.

Márcio Sebastião da Silva – Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Diamantina/MG – Suplente.

Rômulo Ronaldo dos Santos Junior – Território e Cidadania do Alto Jequitinhonha - Suplente.

Josafá Antônio Fernandes – Associação Comercial e Industrial de Diamantina/MG – Suplente.

Jacira Sueli Cunha – Associação dos Aposentados e Pensionistas de Diamantina - Titular.

III – AUSÊNCIAS NÃO JUSTIFICADAS

- Éder Carvalho Prates – Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego – Suplente.

- Josafá Antônio Fernandes – Associação Comercial e Industrial de Diamantina – Suplente.

IV - ABERTURA

Verificada a existência de quórum, o Presidente deste Conselho, André Luís Mourão Magalhães, abriu a reunião cumprimentando os presentes. Em seguida, deu início aos trabalhos.

V – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

VI – APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA

Aprovação pelo Presidente e pelos conselheiros.

VII – ORDEM DO DIA

Recebendo a palavra, o conselheiro **Samuel Pereira** informou aos presentes sobre a designação do servidor André Luís Mourão Magalhães para exercer a função de Gerente Executivo do INSS em Diamantina/MG (GEXDIA) e, por consequência, para assumir a função de presidente do Conselho da Previdência Social (CPS) em Diamantina/MG. Concomitantemente, realizou uma breve apresentação sobre o novo gerente, abordando sua atuação no Instituto. Em seguida, o conselheiro explicou que a presente reunião precisou ser agendada em caráter de urgência, a fim de respeitar o calendário bimestral de encontros, e, por isso, alguns conselheiros não puderam comparecer, justificando suas ausências. O Presidente do Conselho, **André Magalhães**, retoma a palavra para desejar boas vindas a todos os conselheiros, salientando que o “INSS é a casa de todos, da sociedade brasileira”. Ressalta que o CPS é um parceiro de fundamental importância na construção da previdência e o será ainda mais face às novas mudanças pelas quais o INSS passará em brevíssimo futuro. Prossegue propondo aos conselheiros a instituição de um formato diferenciado para as reuniões, com o intuito de que tal entidade seja mais propositiva e que as pautas sejam trazidas/sugeridas pelos próprios conselheiros e não apenas estabelecidas pela Presidência. Os presentes concordam com a proposição, sendo destacado pelo conselheiro **Edvando Silva** que tal formato poderá ser bem viável, uma vez que tornará as reuniões mais objetivas. O **Presidente do Conselho** explica que os conselheiros têm total liberdade para o procurarem no dia-a-dia, a fim de que possam tentar solucionar as demandas levantadas por aqueles a quem o CPS representa e por toda a sociedade. Explica, ainda, sobre as mudanças nas formas de trabalho e de relacionamento dos segurados com a previdência a serem introduzidas com a implantação do INSS Digital. Pondera que, apesar de terem o condão de, inicialmente, causarem certo receio, serão mudanças que proporcionarão maiores celeridade e assertividade no processo de reconhecimento do direito do cidadão. E, nesse processo, “as entidades parceiras, sindicatos, associações, entre outras, serão de grande importância, pois terão participação direta na viabilização de muitas das demandas dos segurados junto ao INSS”. Os Conselheiros **Irineu Vieira**, **José Antônio de Andrade e Jacinto Santos**, bem como o convidado **Geraldo Leão**, mencionam que tanto segurados quanto sindicatos ainda estão confusos no que tange à sistemática do INSS Digital. Salientam que a divulgação e a orientação, principalmente aos segurados rurais, são cruciais para a correta operacionalização dos processos e reconhecem que haverá dificuldades iniciais, mas, gradualmente, serão superadas. O Presidente **André Magalhães** salienta que, mais do que nunca, “a documentação a ser providenciada e apresentada pela segurador deverá estar bem organizada e completa”. Antes de prosseguir com a pauta da reunião, o **Presidente do Conselho** explica sobre o papel que o conselheiro Samuel Pereira exercerá como coordenador dos trabalhos no CPS,

objetivando que este auxilie o Presidente nas questões de sua representividade e na celeridade da resolução das demandas. Na sequência, pede aos conselheiros que façam uma breve apresentação sobre si, para que possa conhecê-los melhor. O Conselheiro **Edvando Silva** se apresenta como representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, e de Material Elétrico de Três Marias e Região. Informa que, atualmente, também está no exercício de mandado eletivo no legislativo de Três Marias/MG. O **Conselheiro** ressalta que está no CPS desde a sua reativação e que “toda mudança é válida, desde que seja para o bem das pessoas”. Reforça que o processo do INSS Digital ainda está confuso e que a orientação aos segurados é crucial. Pondera que a criação de uma cartilha poderia ajudar no citado processo, notadamente para os segurados rurais, público no qual acredita estar a maior dificuldade de adaptação às alterações propostas. Em seguida, apresentam-se a advogada Juliana Pereira e o secretário do Sindicato acima mencionado, Waldomiro Rodrigues, convidados do conselheiro Edvando Silva. A Conselheira **Maria Etelvina Câmara** se apresenta como gerente do SENAI e representante da Indústria no Alto Vale do Jequitinhonha. Ao ser questionada pelo Presidente do Conselho acerca da atuação do SENAI em Diamantina/MG, a **Conselheira** ressalta que houve grande atuação quando da realização do PRONATEC e que há expectativa de retomada dessa atuação com o Programa alusivo ao novo ensino médio. **André Magalhães** explicita que é de grande interesse e importância para o INSS a atuação em parceria com instituições que possibilitem aos segurados o exercício da cidadania. **Edvando Silva** questiona se é possível convidar representantes dos CAPS e dos CRAS para participarem das reuniões do CPS. **Samuel Pereira** explica que as reuniões do CPS são abertas a quem quiser participar e que, inclusive, é natural a participação de convidados com atuação em áreas relacionadas às temáticas constantes nas pautas das reuniões. Pondera, ainda, que é preciso estudar formas de dar maior publicidade às atas das reuniões do CPS. **André Magalhães** reforça que a pauta deve ser construída pelos próprios conselheiros. Apresenta-se o conselheiro **Alcides Lourenço**, representante da Associação dos aposentados e Pensionistas de Diamantina/MG e, em seguida, o senhor **Geraldo Leão**, convidado do conselheiro José Antônio de Andrade, o qual menciona que a criação de *login* e *senha* para o MEU INSS está gerando muitas dúvidas junto aos segurados. **José Antônio de Andrade** informa que é Diretor Regional da FETAEMG e que está como conselheiro desde a criação do CPS e que antes já participava de reuniões com representantes da Previdência Social no início da década anterior. Acredita que o CPS está mais ativo e que “parcerias são melhores do que embates”. Aproveita a oportunidade para colocar que a participação de público fora do Conselho é válida e sugere que as reuniões sejam itinerantes, a fim de facilitar a participação de mais pessoas. **Jacinto Santos** se apresenta como representante do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Extração de Madeira e de Lenha de Itamarandiba/MG e Turmalina/MG. Pondera que o processo de virtualização dos serviços é importante, mas que ainda há muita dificuldade em relação à operacionalização de novas tecnologias, mormente por parte dos segurados rurais. Pondera, também, que os assuntos alusivos à previdência são pouco propagados, divulgados. “Geralmente, notícias ou questões ruins acabam chegando com maior peso em detrimento à chegada das qualidades”. Em seguida, apresenta-se **Irineu Vieira**, conselheiro representante do Conselho Metropolitano de Diamantina/MG Sociedade São Vicente de Paulo. O **Conselheiro** informa que também tem atuado no Sindicato Estadual de Filantropia e como representante da Justiça do Trabalho em homologações trabalhistas. Explicita que já teve interesse em sair do CPS em momento anterior, mas não o fez, e que, na sua visão, para que as coisas sejam feitas de forma certa no novo processo digital que se inicia no âmbito do INSS, a divulgação é essencial. O convidado, servidor do INSS, **Robert de Jesus**, menciona que todos os conselheiros relataram

entender que há falhas no processo de transmissão e recepção de informações sobre a Previdência Social. Ressalta, porém, que, por muitas vezes, mesmo com a atuação do INSS nesse sentido, as pessoas ainda preferem acreditar nas informações levadas por terceiros. Com o intuito de reduzir tal dificuldade, **Robert de Jesus** explica que há, no âmbito do Programa de Educação Previdenciária (PEP), a proposta de formação de disseminadores locais. Assim, solicita aos conselheiros que tragam propostas de realização de eventos e indicação de pessoas que possam exercer a função de disseminador, a fim de facilitar o fluxo da informações junto aos cidadãos. **Edvando Silva** salienta que a ideia do PEP é importante, haja vista que os segurados estão desesperados com as mudanças. **André Magalhães** explica que as ações do PEP são planejadas e formatadas de acordo com o público demandante. Não é uma ação/apresentação engessada, única. Sobre as falas dos conselheiros, garante que trabalhará na questão da divulgação das informações previdenciárias e deixa o compromisso de verificar a possibilidade de realização das reuniões itinerantes. **Edvando Silva** enfatiza sobre problemas/falhas na execução das atividades da perícia médica. Expõe que as falhas podem não estar exclusivamente na ação dos peritos, mas que estes precisam ser mais criteriosos em suas análises e, se possível, até visitarem os locais de trabalho para vistoriarem as condições do ambiente. Para o conselheiro, os PPPs (Perfis Profissiográficos Previdenciários) estão sendo mal analisados. Por fim, ressalta que já trouxe tal questão anteriormente ao CPS, mas sem desdobramento resolutivo. A Conselheira **Fernanda Aguilar** ressalta que o problema pode estar no preenchimento do PPP pelas empresas. **Samuel Pereira** enfatiza que a Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador - CIST poderia auxiliar no trabalho de identificação dos fatores ambientais e na análise da perícia médica, pois se trata de uma questão de saúde. Enfatiza, ainda, que se a empresa mascara o PPP, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST não pode deixar. **Evando Silva** afirma que as empresas precisam ser fiscalizadas para não emitirem PPPs incorretos e que a questão dos metalúrgicos em Três Marias/MG é grave. **Jacinto Santos** comenta que uma empresa em sua região corrigiu muitos casos em que se detectou o preenchimento incorreto de PPPs. Explicita, também, que o Ministério do Trabalho não tem como acompanhar e fiscalizar tudo. Retomando a palavra, o **Presidente do CPS** propõe a designação de um médico perito para a função de Conselheiro, almejando facilitar a tratativa das questões levantadas, proposta a qual é bem recebida por todos. Na sequência, o Conselheiro **Samuel Pereira** reforça sobre a função do coordenador dos trabalhos no âmbito do CPS. Informa que é uma figura já existente em CPSs de outras Gerências Executivas do INSS, cuja função é auxiliar o Presidente no exercício dos atos de gestão do Conselho, proporcionando maiores organização e agilidade e com autorização para comunicar com os Conselheiros, em nome do Presidente. Para tanto, informa seus telefones e e-mail para contato. Prosseguindo, o **Conselheiro** aborda o papel do CPS, salientando que é um espaço “para ouvir e não apenas transmitir informações. É um local para diálogo com as diversas esferas sociais”. Acredita que as dificuldades iniciais da atuação do CPS não foram tão somente pela falha no formato das reuniões, mas sim em virtude um processo natural de amadurecimento, que perpassou pela necessidade primária de se buscar a aproximação dos cidadãos à Previdência Social. Antes de adentrar à pauta da reunião, o **Conselheiro** apresenta ofício de resposta do Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) acerca de demanda sobre a atuação atravessadores junto aos segurados do INSS, encaminhada àquela entidade pelo CPS Diamantina/MG. Em síntese, a resposta aponta para o reconhecimento natural da prática de representação advocatícia, incentiva a realização de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com o objetivo de demonstrar aos segurados que eles não precisam de representação para requerer serviços junto ao INSS e que é preciso entender bem o que é uma representação legal e uma atuação imprópria pelos

advogados. É consenso entre os presentes que a resposta do CNPS falha em não abordar especificamente a demanda levantada pelo CPS, sendo tal reposta muito genérica. **Jacinto Santos** acredita que, por vezes, as empresas deixam brechas que possibilitam a atuação “irregular” de atravessadores. **Maria Etelvina Câmara** pondera que os segurados também são culpados, pois não procuram se informar e somente buscam o INSS no momento de se aposentar. **André Magalhães e Robert de Jesus** explicam que o caso em tela alude à captação de segurados rurais por um advogado da região de Diamantina/MG. O **Presidente do CPS** sugere o encaminhamento de um documento, em nome do Conselho, solicitando à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) atuação forte para coibir a referida prática. **José Antônio de Andrade** ressalta que alguns “advogados” se aproveitam da fragilidade dos requerentes. Por vezes, aqueles querem apenas o indeferimento do INSS para ingressar com ações judiciais. Por isso, os trabalhadores precisam ser conscientizados. A conscientização melhorou muito, mas ainda é falha. **Maria Etelvina Câmara** comenta que é preciso fiscalizar a emissão de documentos de comprovação, principalmente nos casos dos trabalhadores rurais. Os **Conselheiros** debatem sobre os possíveis motivos de o judiciário determinar a implantação de benefícios negados pelo INSS. **André Magalhães** expõe que uma das dificuldades, no caso dos atravessadores, é que a divulgação feita pelo INSS junto aos segurados é de eficácia limitada. Por isso, a Gerência Executiva em Diamantina/MG buscará fazer um trabalho preventivo, sobretudo naqueles locais em que ainda não há relatos de atuação dos atravessadores. O Conselheiro **Agostinho Neto** informa que, no balanço inicial divulgado, houve corte de mais de 180mil auxílios doenças, sendo a maioria composta por benefícios concedidos judicialmente. O **Presidente do CPS** pondera que era natural tal resultado, visto que as perícias de revisão não são feitas com a devida periodicidade. Chama atenção para o cuidado que devem ter os segurados que recebem o auxílio-doença, pois estes não podem receber o benefício e trabalhar concomitantemente. Registra-se, a pedido do Conselheiro **Samuel Pereira**, que o CPS buscará saber sobre os resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho dos Atravessadores, bem como sobre os documentos elaborados e encaminhados. A partir de tal pesquisa, será ratificada ou não a denúncia junto à OAB. Adentrando a pauta da reunião, discussão sobre a Majoração de 25% no benefício do segurado aposentado por invalidez que precisar de assistência de terceiros, o convidado **Geraldo Leão** e a **Conselheiro Maria Etelvina Câmara** salientam que muitos segurados se aposentam por idade ou por tempo de contribuição, mas depois se tornam inválidos. Propõe o debate sobre a possibilidade de extensão da concessão da Majoração de 25% às demais aposentadorias, e não apenas às que ocorrem por invalidez. **Irineu Vieira** informa que, em cada município, os cuidados com idosos ocorrem de formas distintas, mas que os custos são muito elevados e os valores dos benefícios pagos não cobrem tais custos. **Samuel Pereira** pede ao conselheiro Irineu Vieira que traga tal levantamento ao conhecimento do CPS. Solicita, também, que o conselheiro faça um levantamento da situação de aposentadoria de cada abrigado, pois pode haver alguns potencialmente elegíveis para receber a Majoração de 25%. A partir desses levantamentos, poderá ser desenvolvida uma ação/proposição mais adequada. O Conselheiro **Vinícius Santana** pondera que a triagem proposta é importante, bem como o levantamento de decisões judiciais que embasem tal discussão e futura proposição. Samuel Pereira conclui propondo a atuação em duas frentes: 1) Levantamento da situação atual, a fim de promover o agendamento de perícias para aqueles idosos potencialmente elegíveis à Majoração; e 2) debates e proposições a serem encaminhadas ao CNPS.

VIII – OUTROS ASSUNTOS

IX – DEFINIÇÃO DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

Proposição de Reunião Extraordinária para tratar dos seguintes assuntos:

- 1) INSS Digital; e
- 2) continuidade dos debates acerca da extensão da Majoração de 25% aos benefícios oriundos de qualquer modalidade de aposentadoria.

VI – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o presidente do plenário e deste Conselho, André Luís Mourão Magalhães, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a XXIV reunião ordinária do Conselho de Previdência Social de Diamantina/MG. Para constar, eu, Bruno Medeiros Oliveira, servidor, secretário *ad hoc* deste Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por todos.

Diamantina, 27/07/2017.

André Luís Magalhães Mourão
Presidente do CPS